

(Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **WLM Indústria e Comércio S.A.** é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200 – 19º andar - Flamengo, registrada na **BM&F Bovespa** desde 1973, com atuação na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil:

SEGMENTO AUTOMOTIVO – por meio de uma rede de dezoito concessionárias de veículos da marca **SCANIA: Equipo** (Rio de Janeiro), **Itaipu** (Minas Gerais), **Quinta Roda** (São Paulo e Minas Gerais) e **Itaipu Norte** (Pará e Amapá), todas com a certificação mundial **D.O.S. (Dealer Operating Standard)** - **SCANIA**, pela excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente, a Companhia atua no seu principal negócio que é a comercialização de caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa.

SEGMENTO AGROPECUÁRIO – com fazendas em diversos estados do Brasil, dedicadas ao agronegócio, a WLM atua por meio da **Fartura** (Sul do Pará) e **São Sebastião** (Norte do Mato Grosso) na bovinocultura de corte; através da **Itapura** (região de Campinas/SP) na bovinocultura de leite e corte; e **Itapura** (Sul de Minas Gerais) na cafeicultura. Todas as atividades produtivas são realizadas simultaneamente com as práticas de conservação da fauna e da flora.

A **WLM Indústria e Comércio S.A.**, está identificada nas presentes notas explicativas pela sua denominação social “**WLM**” ou por “**Companhia**” e suas controladas e coligadas pelo nome fantasia, conforme abaixo:

CONTROLADAS E COLIGADAS	NOME FANTASIA	ÁREA DE ATUAÇÃO / ESTADO
Controladas operacionais		
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Equipo	Rio de Janeiro
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	Itaipu	Minas Gerais
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Quinta Roda	São Paulo e Minas Gerais
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	Itaipu Norte	Pará e Amapá
Fartura Agropecuária S.A.	Fartura	Sul do Pará e norte do Mato Grosso
Itapura Agropecuária Ltda.	Itapura	Sul de Minas Gerais e São Paulo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Sebastião	Norte do Mato Grosso e sul do Pará
Controladas descontinuadas		
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Superágua	Minas Gerais
Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	Sumasa	Pará
Coligadas descontinuadas		
Metalúrgica Plus S.A.	Metalplus	Paraná
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Plenogás	Paraná

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação das informações trimestrais

A Companhia apresenta as demonstrações trimestrais consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações trimestrais individuais (“Controladora”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e divergem das práticas do IFRS apresentadas nas informações consolidadas somente quanto à avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, ao invés de custo ou valor justo, conforme permitido pelo IFRS.

2.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são:

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos (aplicações financeiras), em moeda estrangeira, no fechamento do período são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem característica de disponíveis para venda e estão registradas acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização.

e) Quotas de consórcio

As quotas de consórcio, na sua maioria, são adquiridas de clientes que não conseguem dar continuidade ou não têm mais interesse em adquirir os veículos objeto do consórcio. Todas estão registradas e acrescidas de atualizações financeiras que se aproximam do valor justo.

f) Imposto de renda e contribuição social

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo: 15% acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesa, temporariamente não dedutível, ou exclusões de receita, temporariamente não tributável, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários.

g) Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excedem ao valor de mercado ou de realização.

h) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente.

Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 10.

A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado.

A contrapartida da adoção inicial do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantida na conta de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação.

i) Operações com partes relacionadas (ativo não circulante e passivo circulante)

As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado, representados, em sua maior parte, pela variação da taxa SELIC.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

A Companhia registra provisão para passivo a descoberto, apresentado na rubrica de “outros passivos circulantes” para os investimentos em empresas coligadas cujo patrimônio líquido encontra-se negativo no final de cada exercício.

k) Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de arrendamento e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna o seu custo para a contabilização subsequente.

l) Ativos arrendados

Os ativos arrendados são medidos pelo justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

m) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil.

n) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável (*impairment*).

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado de “terras” e “veículos”, com base na adoção do custo atribuído (*deemed cost*).

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 14.

o) Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

p) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras trimestrais, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

q) Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

r) Dividendos a pagar

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia seguiu conforme estabelecido no art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social. Dessa forma, registrou a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, este apresentado no passivo circulante no grupo "*Dividendos a pagar*", conforme divulgado na nota explicativa 16.

s) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em demandas judiciais de natureza tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base na opinião de seus consultores jurídicos. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários e cíveis estão descritos na nota explicativa 20.

t) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão registrados ao seu valor justo, acrescido, quando aplicável, pelos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Estão mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado; investimentos mantidos até o vencimento; recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda; e passivos financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

u) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia, quando da transferência dos riscos e benefícios dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

v) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações trimestrais conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

w) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor para o período encerrado em 30 de setembro de 2012, conforme a seguir:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (<i>"Consolidated Financial Statements"</i>). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (<i>"Joint Arrangements"</i>). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (<i>"Disclosure of Interests in Others Entities"</i>). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (<i>"Fair Value Measurements"</i>). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (<i>"Presentation of Items of Other Comprehensive Income"</i>). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (<i>"Employee Benefits"</i>). A nova versão do IAS 19 elimina o método do corredor para reconhecimento de ganhos ou perdas atuárias, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1º de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	"Divulgações – Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (<i>"Disclosures Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities"</i>). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (<i>"Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures"</i>). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam, também, a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas em suas demonstrações financeiras.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes.

4. DEMONSTRAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As demonstrações trimestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 e IAS 34, abrangendo as informações trimestrais das investidas relacionadas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

Controladas	Atividade	Participação total no capital subscrito e integralizado	
		30/09/2012	31/12/2011
Operacionais			
Equipo	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Itaipu	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Quinta Roda	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Itaipu Norte	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Fartura	Bovinocultura de corte	99,16	99,16
Itapura	Pecuária leiteira e de corte / Cafeicultura	100,00	100,00
São Sebastião	Bovinocultura de corte	100,00	100,00
Descontinuadas			
Superágua	Envasamento de águas minerais	100,00	100,00
Sumasa	Projeto de manejo sustentável	100,00	100,00

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e

c) dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidados, constantes nas informações trimestrais consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Deste modo, a Companhia optou por apresentar estas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e fundos de investimentos, com liquidez imediata, ou seja, com vencimento menor que 90 dias.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	668	547	8.521	12.050
	668	547	8.521	12.050
MOEDA NACIONAL				
CDB Bradesco (CDI 99% a 102,30%)	17.650	26.056	17.883	26.056
Fundo BMB (CDI 100%)			129	122
Fundo - Bradesco (CDI 100%)			4.338	16.943
Fundo - Brasil (CDI 100%)	17.087		17.087	
	34.737	26.056	39.437	43.121
Fundos de Investimentos				
Real Santander (CDI 100%)	17.688	32.797	17.688	32.796
Itaú-Unibanco (CDI 100% a 102%)	31.978	47.745	76.900	74.656
	49.666	80.542	94.588	107.452
MOEDA ESTRANGEIRA				
Itaú-Unibanco Luxemburgo - Brandywine Global	2.004	1.756	2.004	1.756
	2.004	1.756	2.004	1.756
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	87.075	108.901	144.550	164.379

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, bem como a quotas de fundos de investimentos, possuem liquidez imediata sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates e os valores em moeda estrangeira correspondem a operações de depósitos bancários firmados em dólar e da mesma forma possuem liquidez imediata.

A exposição da WLM a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 25.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

Aplicações Financeiras	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
<u>MOEDA NACIONAL</u>				
<u>CDB</u>				
BMB (CDI 100%) - vencimento dez/2011 a nov/2013	7.614	7.328	7.614	7.328
Itau-Unibanco (CDI 100% a 102%) - vencimento jun/2013	6.783	6.363	6.783	6.363
	<u>14.397</u>	<u>13.691</u>	<u>14.397</u>	<u>13.691</u>
<u>MOEDA ESTRANGEIRA</u>				
Itaú-Unibanco Luxemburgo - CSN Island - vencimento jan/2015	1.032	1.008	1.032	1.008
Itaú-Unibanco Luxemburgo - GTL Trade Finance - vencimento jan/2015	1.268	1.077	1.268	1.077
	<u>2.300</u>	<u>2.085</u>	<u>2.300</u>	<u>2.085</u>
TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	<u>16.697</u>	<u>15.776</u>	<u>16.697</u>	<u>15.776</u>

As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e em moeda estrangeira classificadas nesse grupamento, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo consideradas como equivalentes de caixa, tendo em vista que, caso a Administração venha a exercer a opção de resgate antes do vencimento contratado a Companhia incorrerá em perda de rentabilidade, bem como no aumento da carga tributária.

Adicionalmente, a administração não tem a intenção de resgatar esses ativos em prazo igual ou inferior a 90 dias.

Ativos financeiros sujeitos a juros classificados como disponíveis para venda, com um valor contábil de R\$ 2.300 em 30/09/2012 (R\$ 2.085 em 31/12/2011), possuem taxas de juros fixas de 7,10% a 8,39% (9,92% a 12,87%) e vencimento em 1 a 2 anos.

Os ativos financeiros designados pelo valor justo, por meio do resultado, são títulos patrimoniais que de outra maneira seriam classificados como disponíveis para venda. A performance destes instrumentos patrimoniais é ativamente monitorada e são gerenciadas pelo seu valor justo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxa de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na nota explicativa 25.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O quadro abaixo demonstra os valores que as empresas controladas têm a receber de seus clientes:

Controladas	CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
Equipo	13.439	5.895
Itaipu	18.911	39.312
Quinta Roda	13.306	9.031
Itaipu Norte	6.084	7.200
Itapura	118	60
São Sebastião	174	174
TOTAL	52.032	61.672

8. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

O montante distribuído pelas empresas controladas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, está assim composto:

Controladas	CONTROLADORA	
	30/09/2012	31/12/2011
<u>Dividendos</u>		
Equipo		3.000
Itaipu		6.000
Quinta Roda	7.000	6.000
Total	7.000	15.000
<u>Juros sobre o capital próprio</u>		
Equipo	467	688
Itaipu	2.235	2.082
Quinta Roda	977	1.522
Itaipu Norte	892	1.122
Total	4.571	5.414
Total proposto	11.571	20.414
Total recebido desde a proposição	(11.197)	(19.972)
Total a receber	374	442

Os dividendos recebidos no período de nove meses foram deliberados através de reunião de quotistas e referem-se a resultados de exercícios anteriores.

9. ESTOQUES

	CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
Caminhões, ônibus e peças	43.585	22.269
Café	396	690
Material de consumo	72	96
Estoque de terceiros	651	
Estoque em formação	98	
TOTAL	44.802	23.055

10. ATIVOS BIOLÓGICOS

CIRCULANTE		CONSOLIDADO	
Descrição		30/09/2012	31/12/2011
Demonstrados pelo valor justo			
Bezerras (8 a 12 meses)		1.051	37
Novilhas		1.591	1.731
Bezerros (8 a 12 meses)		820	2
Novilhos		843	902
Bois		387	943
Subtotal		4.692	3.615
Demonstrados pelo custo de produção			
Rebanho em formação		4.685	3.294
Bezerras (0 a 7 meses)		667	1.399
Bezerros (0 a 7 meses)		815	1.946
Subtotal		6.167	6.639
Rebanho bovino		10.859	10.254
Total do circulante		10.859	10.254
NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO		CONSOLIDADO	
Descrição	Total anual de depreciação	30/09/2012	31/12/2011
Touros	Até 10%	1.455	1.709
Tourinhos	Até 10%	246	615
Vacas	Até 10%	13.851	14.514
Rebanho bovino	Até 10%	15.552	16.838
Rebanho equino	Até 10%	34	40
Cultura permanente - café	Até 4%	594	650
Total do não circulante		16.180	17.528
Total dos ativos biológicos		27.039	27.782

O saldo dos ativos biológicos da Companhia está avaliado pelo valor justo e pelo custo de produção. O valor justo considera o custo de produção e o diferencial do valor de mercado, líquido dos custos necessários para colocação em condição de uso ou venda.

A avaliação dos ativos biológicos, pelo valor justo, considera certas estimativas, tais como: preços praticados nas regiões onde estão localizados os ativos, volume de produtividade e tendência do mercado, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os ativos avaliados pelo custo de produção referem-se ao rebanho em formação e aos bezerros e bezerras de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama. É considerado rebanho em formação os custos alocados às matrizes no período de gestação.

Com relação ao custo de produção do rebanho, a Companhia entende que os estoques estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo menos despesa de venda seguindo as premissas em sua apuração:

- (i) Os preços do rebanho bovino, rebanho equino e cultura permanente são obtidos através de pesquisas de preço em mercados específicos de cada área, no caso do rebanho bovino são

considerados dados como idade, raça e qualidades genéticas similares, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.

- (ii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo no período. Os eventuais ajustes ocorridos da nova avaliação a valor justo deverão ser lançados contra a conta “Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos”.
- (iii) A Companhia definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que este intervalo é aceitável para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

11. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações da WLM com suas controladas e outras partes relacionadas estão sumariados a seguir:

Empresas	CONTROLADORA			
	Ativo		Passivo	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Controladora				
Sajuthá			111	106
Controladas				
Fartura	3.749	2.442		
Itapura	86			
Superágua		362		
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302		
Plenogás (*)			1.128	1.128
TOTAL	4.137	3.106	1.239	1.234

(*) Coligadas não consolidadas.

Empresas	CONSOLIDADO			
	Ativo		Passivo	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Controladora				
Sajuthá			111	106
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302		
Plenogás (*)			1.128	1.128
TOTAL	302	302	1.239	1.234

(*) Coligadas não consolidadas.

Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. O valor do aluguel mensal pactuado é de R\$ 111, totalizando nesse ano R\$ 970.

As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado,

representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC.

As transações comerciais entre a Companhia e as controladas Fartura e Itapura, referem-se a locação da propriedade para investimento conforme descrito na nota 13.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física, bem como não existem pagamentos com base em ações da Companhia.

12. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

	SEGMENTO AUTOMOTIVO				
	EQUIPO	QUINTA RODA	ITAIPU	ITAIPU NORTE	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	33.178	50.315	71.353	28.112	182.958
Distribuição de lucros		(7.000)			(7.000)
Juros sobre capital	(550)	(1.150)	(2.630)	(1.050)	(5.380)
Equivalência patrimonial	2.193	3.800	9.524	3.674	19.191
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012	34.821	45.965	78.247	30.736	189.769

	SEGMENTO AGROPECUÁRIO			
	FARTURA	S. SEBASTIÃO	ITAPURA	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	65.131	37.244	27.035	129.410
Integralização			1.550	1.550
Equivalência patrimonial	(2.522)	39	(803)	(3.286)
Ganho na participação			64	64
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012	62.609	37.283	27.846	127.738

	DESCONTINUADAS			TOTAL
	SUPERÁGUA	SUMASA	OUTROS	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	178	43	849	1.070
Equivalência patrimonial	(178)	(10)		(188)
SCP Copacabana - Aporte de capital			4.048	4.048
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012	-	33	4.897	4.930
SALDO DOS INVESTIMENTOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012				322.437

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO	CONTROLADORA			
	30/09/2012		31/12/2011	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controladas operacionais				
Equipo	34.821	2.157	33.178	5.301
Itaipu	78.247	9.511	71.353	22.548
Quinta Roda	45.965	3.778	50.315	12.051
Itaipu Norte	30.736	3.672	28.112	6.706
Fartura	66.604	(3.111)	69.286	(1.265)
Itapura	32.373	(970)	31.757	(965)
São Sebastião	54.983	(31)	54.926	1.434
Controladas descontinuadas				
Superágua (1)	(3.619)	(5.184)	178	(260)
Sumasa	33	(10)	43	
Coligadas descontinuadas				
Metalplus (1)	(646)	(99)	(547)	(91)
Plenogás (1)	(924)	285	(1.208)	(230)

(1) É mantida provisão para passivo a descoberto na proporção da participação, refletida na rubrica Outros passivos circulantes conforme nota explicativa 18.

PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS E COLIGADAS	CONTROLADORA					
	30/09/2012			31/12/2011		
	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Controladas operacionais						
Equipo	3.429.008	100,00		3.429.008	100,00	
Itaipu	4.303.152	100,00		4.303.152	100,00	
Quinta Roda	1.570.215	100,00		1.570.215	100,00	
Itaipu Norte	13.999.999	100,00		13.999.999	100,00	
Fartura	1.595.253	94,00	5,16	1.595.253	94,00	5,16
Itapura	26.054.557	86,02	13,98	24.504.557	85,13	14,87
São Sebastião	11.166.742	67,81	32,19	11.166.742	67,81	32,19
Controladas descontinuadas						
Superágua (*)	1.499.540.822	100,00		1.499.540.822	100,00	
Sumasa	1.840.249	100,00		1.840.249	100,00	
Coligadas descontinuadas						
Metalplus (*)	3.000	33,33		3.000	33,33	
Plenogás (*)	1.384.308	33,33		1.384.308	33,33	

(*) É mantida provisão para passivo a descoberto, refletida na rubrica Outros passivos circulantes, conforme nota explicativa 18.

13. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

O saldo no valor de R\$ 32.004 do período findo em 30 de setembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 32.004), corresponde às propriedades para investimento e inclui dois terrenos que são arrendados às partes relacionadas, para exploração de agropecuária. Cada arrendamento tem um período não cancelável de 05 (cinco) anos e as renovações poderão ser negociadas futuramente com os arrendatários. O detalhamento das propriedades para investimento pode ser descrito a seguir:

Descrição das propriedades para investimento	Arrendatário	Arrendante	Parte relacionada	Prazo do contrato	Valor do aluguel
Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com área de 1.375.600,76m ² (137,56ha), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP.	Itapura Agropecuária Ltda. CNPJ Nº 44.624.179/0001-23 Praia do Flamengo, 200 19º Parte - Flamengo Rio de Janeiro - RJ	WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 31 de março de 2017	R\$ 20,00 mensais por hectare
Lote 41, situado na Região designada por Campo Alegre, no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.296,00ha, com título ora em fase de registro junto à Matrícula 904 no Cartório do Registro de Imóveis de Santana do Araguaia - PA.	Fartura Agropecuária S.A. CNPJ 05.427.471/0001-02 Praia do Flamengo, 200 19º Parte - Flamengo Rio de Janeiro - RJ	WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 05 de maio de 2014	R\$ 36.000,00 mensais

Esses bens foram transferidos do ativo imobilizado para propriedade para investimento, uma vez que não eram mais utilizados, pela Companhia sendo decidido pela Administração que estes seriam arrendados. Adicionalmente para esses arrendamentos não ocorreram transferências de riscos e benefícios aos arrendatários.

O valor justo dos terrenos, conforme definido pelo CPC 28 – Propriedade para investimentos (IAS 40) foi mensurado com base em laudo de avaliação preparado pela Administração da Companhia por pessoal técnico especializado. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), considerando o método comparativo direto de dados de mercado, o qual identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos e dos elementos comparáveis e constituintes da amostra realizada, além das demais determinações contidas na legislação pertinente. O resultado dessa avaliação totalizou R\$ 32.004, sendo R\$ 24.533 para o Imóvel rural localizado na Estrada Municipal JGR 365, Jaguariúna/SP, e R\$ 7.471, para o lote 41 situado na região designada por

Campo Alegre, Santana do Araguaia/PA, gerando um acréscimo ao custo das propriedades para investimento no montante de R\$ 7.623, registrado no balanço consolidado. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio líquido da Companhia no grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes.

14. IMOBILIZADO

								CONTROLADORA	
								30/09/2012	31/12/2011
	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		2.689	37			2.726		2.726	2.689
Edifícios e instalações	2% a 4%	590				590	(155)	435	449
Veículos	10% a 20%	1.135	225	(135)		1.225	(520)	705	702
Móveis e utensílios	10%	97	21	(36)	912	994	(111)	883	87
Bens e benfeitorias terceiros	10%				1.633	1.633	(109)	1.524	
Obras em andamento		2.947	21	(72)	(2.896)				2.947
Outros	4% a 10%	116			351	467	(38)	429	105
TOTAL		7.574	304	(243)	-	7.635	(933)	6.702	6.979

							CONSOLIDADO	
							30/09/2012	31/12/2011
Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	155.355	16.646		211	172.212		172.212	155.355
Edifícios e instalações	2% a 4%	36.223	168	(30)	36.361	(9.394)	26.967	27.456
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	6.355	232	(54)	6.533	(3.207)	3.326	3.471
Veículos	10% a 20%	3.444	1.085	(245)	4.284	(1.774)	2.510	1.915
Móveis e utensílios	10%	4.963	509	(260)	911	(3.261)	2.862	2.207
Pastagens	5%	19.712		(3)	19.709	(4.667)	15.042	15.802
Bens e benfeitorias terceiros	10%	4		(3)	1.633	(109)	1.525	5
Obras em andamento		3.268	39	(347)	(2.896)		64	2.947
Outros	4% a 10%	1.551		(2)	1.690	(533)	1.157	1.443
TOTAL		230.875	18.679	(944)	248.610	(22.945)	225.665	210.601

Neste ano, as controladas Equipo e Itaipu adquiriram áreas para construção de futuras instalações e a Itaipu Norte adquiriu a área onde atualmente encontra-se instalada a sua sede.

Os custos relativos às referidas aquisições, estão a seguir discriminados:

Descrição das propriedades para construção de novas filiais	Controlada	Valor	ITBI	Custas Cartoriais	Total
Imóvel rural, com área de 25.000 m2 denominado "Andorinha" e situado no município de Carapebus-RJ	Equipo Máquinas e Veículos Ltda. CNPJ Nº 30.937.874/0001-30 Rod. Presidente Dutra, 2351 Vigário Geral - Rio de Janeiro - RJ	750	15	2	767
Imóvel urbano, com área de 4.069,81 m2, situado no Bairro Cidade Verde, município de Betim-MG	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. CNPJ Nº 16.638.413/0001-36 Rod. Fernão Dias - BR-381 nº 4000 Betim - MG	795	-	5	800
Imóvel urbano, com área de 114.768,00 m2, situado no Bairro São João, Setor IV, município de Marituba-PA.	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. CNPJ Nº 07.959.236/0001-07 Rod. BR-316, Km 11, nº 2.807-A Marituba - BA	14.750	295		15.045
TOTAL		16.295	310	7	16.612

Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme a orientação prevista no CPC 27 (Ativo imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28), a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, principalmente para a classe de terras de fazendas (segmento agropecuário).

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado pela Administração da Companhia por pessoal técnico especializado. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), considerando o método comparativo direto de dados de mercado, o qual identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos e dos elementos comparáveis e constituintes da amostra realizada, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

A Companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído para seus ativos imobilizados, relacionados a equipamentos e acessórios das empresas do segmento automotivo, basicamente formados por ferramentas e peças, visto que não identificou bens de valores relevantes com valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do trimestre. A Companhia avaliou os montantes registrados e não identificou redução do valor recuperável do seu ativo.

15. INTANGÍVEL

								CONTROLADORA	
								30/09/2012	31/12/2011
	Taxa anual de amortização	Custo inicial	Adições	Baixa	Transf.	Custo	Amortiz. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		22				22		22	22
Direito ao uso de Software	10%	284				284	(128)	156	192
TOTAL		306				306	(128)	178	214

								CONSOLIDADO	
								30/09/2012	31/12/2011
	Taxa anual de amortização	Custo inicial	Adições	Baixa	Transf.	Custo	Amortiz. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		28				28		28	27
Direito ao uso de Software	10%	285				285	(128)	157	192
Fundo de comércio		8.920				8.920		8.920	8.920
TOTAL		9.233				9.233	(128)	9.105	9.139

Desde 2006, através da controlada Itaipu Norte, a WLM vem explorando a concessão da marca Scania, nos Estados do Pará e Amapá. O fundo de comércio refere-se ao valor da “bandeira” adquirida pela WLM quando da aquisição dessa concessão.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis de seu ativo, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. No exercício findo de 2011, a Companhia avaliou os montantes registrados e não identificou redução do valor recuperável do seu ativo.

16. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Contas a pagar a fornecedores	236	270	49.802	33.937
TOTAL	236	270	49.802	33.937

Os saldos de fornecedores estão representados principalmente por valores a pagar a Scania Latin-America.

17. DIVIDENDOS A PAGAR

Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou em 31 de dezembro de 2011, a título de dividendo mínimo obrigatório, o montante de R\$ 9.435.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 09 de fevereiro de 2012, aprovou a distribuição de dividendo complementar no valor de R\$ 6.078 - imputado ao resultado do exercício de 2011 e referendado pela Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2012, totalizando o valor de R\$ 15.513.

O saldo da conta dividendos a pagar está assim representado:

	CONTROLADORA	
	30/09/2012	31/12/2011
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício		9.435
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	813	915
TOTAL	813	10.350

18. PROVISÕES PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS

Constituída por provisão para perdas em investimentos em controladas e coligadas com passivo a descoberto.

Controladas e Coligadas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Superágua	3.619			
Plenogás	308	403	308	403
Metalplus	215	182	215	182
TOTAL	4.142	585	523	585

O saldo da provisão para perda de investimentos no valor de R\$ 3,6 milhões corresponde ao passivo a descoberto da empresa *Superágua Empresa de Águas Minerais S.A*, descontinuada, que no primeiro trimestre aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal da Receita do Estado do Rio de Janeiro – Refis Estadual/RJ, conforme Lei 6.136, de 28.12.2011, contabilizando no seu resultado o valor de R\$ 4,8 milhões.

No consolidado, o valor líquido desta provisão está apresentado na rubrica *outras obrigações circulantes* (nota 19 – ICMS), pelo valor de R\$ 3.643.

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES CIRCULANTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
SHV Gás Brasil Participações Ltda.	1.872	1.810	1.872	1.810
JV Participações e Imóveis Sociedade Simples Ltda.			7.050	
ICMS (Refis Estadual/RJ - Lei 6.136, de 28.12.2011- Nota 18)			3.643	
Outros	188	446	1.213	661
TOTAL	2.060	2.256	13.778	2.471

A Companhia responde solidariamente, perante *SHV Gás Brasil Participações Ltda.*, em processos documentados no anexo 9 – do contrato de venda de ações da *Supergasbras Distribuidora de Gás S.A.*, datado de 07 de julho de 2004.

Dentre esses, constam duas ações (NFLD 32.798.011-6 e NFLD 32.708.012-4) originárias de fiscalização do INSS, que vinham sendo discutidas na justiça, no âmbito TRF 2ª Região.

No exercício de 2011, considerando a opinião do advogado patrono das causas e os benefícios da Lei nº 11.941/2009, as partes resolveram pela liquidação das referidas ações, em quarenta e uma parcelas mensais, atualizadas pela Selic.

A Companhia que responde por 63,48% desse montante contabilizou o valor de R\$ 3.575, do qual já foram liquidadas quinze parcelas, restando um saldo de R\$ 2.512, sendo R\$ 1.160 registrados no circulante e R\$ 1.352 no não circulante.

O valor correspondente a R\$ 1.872 refere-se ao somatório de R\$ 1.160 contabilizados no exercício de 2011 e de R\$ 712 relativos a outros processos, contabilizados em exercícios anteriores.

Conforme demonstrado na nota 14, a Controlada Itaipu Norte adquiriu o imóvel de Marituba/PA, onde encontra-se instalada a sua matriz. O referido imóvel foi negociado pelo preço total de R\$ 14.750, montante do qual já foram pagos R\$ 3.150. O saldo restante no montante de R\$ 11.600 será quitado em 26 parcelas, vencendo-se, todas elas, no dia 15 de cada mês, sendo a última com vencimento para o dia 15 de novembro de 2014. Deste valor R\$ 7.050 está registrado no circulante e R\$ 4.550 no não circulante.

20. PROVISÕES CONTINGENCIAIS

A WLM e suas controladas são parte envolvida em processos judiciais e administrativos, os quais estão pendentes de julgamento.

Dentre esses processos, o montante de R\$ 25.186, na opinião de seus consultores jurídicos, tem expectativa de *“perda possível”*.

As causas com expectativa de *“perda provável”* referem-se à Controlada Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. e estão provisionadas como contingência cível, para fazer face a eventuais perdas, quanto ao resultado desfavorável. No segundo trimestre de 2012 foi realizado um complemento alusivo ao processo 0864719-58 2007 8.13.0362 no valor de R\$ 794.

Em 30 de setembro de 2012 o saldo dessa provisão monta R\$ 1.461 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 667).

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, pela reserva de reavaliação e pelo reflexo dos ajustes patrimoniais decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis. Os valores apresentados são revisados anualmente.

Descrição	CONSOLIDADO	
	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de renda	20.356	20.790
Contribuição social	7.323	7.485
Total	27.679	28.275

22. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado está demonstrada como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	30/09/2011	30/06/2012	30/06/2011
IMPOSTO DE RENDA				
Lucro antes do imposto de renda	808	30.493	25.106	80.657
Alíquota fiscal combinada de imposto de renda	15%	15%	15%	15%
Imposto de renda pela alíquota fiscal combinada	(121)	(4.574)	(3.766)	(12.099)
ADIÇÕES				
Reserva de reavaliação utilizada			(150)	(157)
Gratificações diretoria/encargos FGTS	(145)	(135)	(228)	(213)
Avaliação de investimentos coligadas			(69)	(33)
Correção especial			(4)	(1)
Juros sobre capital próprio	(807)	(653)	(807)	(653)
Provisão para perdas em coligadas	(783)	(19)	(783)	(19)
Multas dedutíveis			(123)	(1)
Doações			(41)	
Rendimento Negativo s/ Aplicações no Exterior	(20)	(11)	(20)	(11)
Outras Adições	(1)		(18)	(20)
EXCLUSÕES				
Equivalência patrimonial	2.384	4.959	2384	4.959
Reversão da provisão para perdas em coligadas	14	2	14	2
Juros sobre capital próprio			807	652
Ganho de participação em controladas	10		10	
Rendimentos s/ aplicações no exterior	50	38	50	38
PAT		2	140	291
Exclusão do limite para aplicação do adicional do imposto de renda		(166)	(2.263)	(4.906)
Compensação 30% com base negativa de períodos anteriores		118		118
Resultado	581	(439)	(4.867)	(12.052)
Compensação 100% com base negativa de períodos anteriores			50	25
Imposto de renda no resultado do exercício		(439)	(5.624)	(12.109)
Saldo negativo do imposto de renda (15%)	581		808	82
Alíquota efetiva		1,44%	22,40%	15,01%
Diferença relativa ao exercício anterior			(2)	
Imposto de renda apresentado		(439)	(5.627)	(12.109)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
<u>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</u>				
Lucro antes da contribuição social	808	30.493	25.106	80.657
Alíquota fiscal combinada da contribuição social	9%	9%	9%	9%
Contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(73)	(2.744)	(2.260)	(7.259)
<u>ADIÇÕES</u>				
Reserva de reavaliação utilizada			(90)	(94)
Depreciação - Lei nº 8.200/91 IPC 90			(9)	(10)
Gratificações diretoria / encargos FGTS	(87)	(81)	(137)	(128)
Avaliação de investimentos em coligadas			(42)	(20)
Correção especial			(3)	
Juros sobre capital próprio	(484)	(391)	(484)	(391)
Provisão para perdas em coligadas	(470)	(12)	(470)	(12)
Multas indedutíveis			(74)	
Doações			(25)	
Rendimento negativo s/ aplicações no exterior	(12)	(6)	(12)	(6)
Outras adições			(11)	(13)
<u>EXCLUSÕES</u>				
Equivalência patrimonial	1.430	2.975	1.430	2.975
Reversão da provisão para perdas em coligadas	9	1	9	1
Juros sobre capital próprio			484	392
Rendimentos sobre aplicações no exterior	30	23	30	23
Ganho de participações em controladas	6		6	
Resultado	349	(236)	(1.656)	(4.543)
Compensação 100% com base negativa períodos anteriores			30	15
Compensação 30% com base negativa períodos anteriores		71		71
Contribuição social no resultado do exercício		(165)	(2.104)	(4.499)
Saldo negativo da contribuição social no exercício (9%)	349		479	42
Alíquota efetiva			8,38%	5,58%
Diferença relativa ao exercício anterior			(5)	
Contribuição social		(165)	(2.109)	(4.499)

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

· Capital social autorizado

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de junho de 2004, a Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que estabelecerá sobre as condições do respectivo aumento, até o valor correspondente a R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais), através de emissão ou não de novas ações ordinárias ou preferenciais, respeitando o limite legal.

· Reservas

Segue-se a descrição da natureza e objetivos para cada reserva no patrimônio líquido:

.. Reserva de reavaliação

Consoante o artigo 4º da Instrução CVM 469, de 02 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07, em bens próprios de suas controladas.

A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados.

Neste terceiro trimestre de 2012 foi realizado o montante de R\$ 267 (em 31 de dezembro de 2011 - R\$ 803).

.. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado e ativo biológico (circulante e não circulante).

Neste terceiro trimestre de 2012 foi realizado o montante de R\$ 205 (em 31 de dezembro de 2011 – R\$ 763).

.. Reserva de lucros

... Reserva legal

O Saldo da conta é representada por R\$ 19.390

... Reservas Estatutárias

.... Garantia para pagamento de dividendos

Foi transferido para Lucros Acumulados o valor de R\$ 3.039 para fazer ace a distribuição dos dividendos complementares aprovados em reunião do Conselho de Administração do dia 09 de fevereiro de 2012, referendado pela Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2012.

Foi adicionado no período o valor de R\$ 444 referente à prescrição dos dividendos do exercício de 2009.

.... Reserva de investimentos

Foi transferido para Lucros Acumulados o valor de R\$ 3.039 para fazer ace a distribuição dos dividendos complementares aprovados em reunião do Conselho de Administração do dia 09 de fevereiro de 2012, referendado pela Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2012.

24. RESULTADO POR SEGMENTO DE ATIVIDADE - CONSOLIDADO

A WLM possui 02 segmentos operacionais, conforme descrito abaixo, que são as suas unidades de negócio estratégicas, onde atua na comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil, que oferecem diversos produtos e serviços, com diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*.

SEGMENTO AUTOMOTIVO – através das concessionárias de veículos da marca **Scania: Equipo** (*Rio de Janeiro*), **Itaipu** (*Minas Gerais*), **Quinta Roda** (*São Paulo e Minas Gerais*) e **Itaipu Norte** (*Pará e Amapá*), com certificação mundial D.O.S. (*Dealer Operating Standard*) concedida pela Scania, pela excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente, a Companhia atua no seu principal negócio que é a comercialização de caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa.

SEGMENTO AGROPECUÁRIO – por meio da **Fatura** (*Sul do Pará*) e **São Sebastião** (*Norte do Mato Grosso*) atua na bovinocultura de corte; através da **Itapura** (*região de Campinas/SP*) na bovinocultura de leite e corte; e **Itapura** (*Sul de Minas Gerais*) na cafeicultura. Todas as atividades produtivas são realizadas simultaneamente às práticas de conservação da fauna e da flora.

Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a administração da Companhia analisa mensalmente os relatórios internos das diretorias executivas.

Outras operações incluem aluguel de propriedades para investimento para partes relacionadas. Este segmento operacional não possui relevância que possa determinar a elaboração de reportes nos exercícios de 2011 e 2010.

Demonstrativo e conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos reportáveis:

EM 30/09/2012				
	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL
Operações				
Receita líquida de vendas e serviços		521.596	4.851	526.447
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(432.740)	(5.139)	(437.879)
Lucro bruto		88.856	(288)	88.568
Despesas operacionais, líquidas de receitas	(9.437)	(61.773)	(4.358)	(75.568)
Outras receitas (despesas)	488	(230)	534	792
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	(8.949)	26.853	(4.112)	13.792
Imposto de renda e contribuição social		(7.736)		(7.736)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(8.949)	19.117	(4.112)	6.056
Operações Descontinuadas				(5.194)
TOTAL	(8.949)	19.117	(4.112)	862

EM 30/09/2011				
	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL
Operações				
Receita líquida de vendas e serviços		716.019	3.971	719.990
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(606.807)	(3.606)	(610.413)
Lucro bruto		109.212	365	109.577
Despesas operacionais, líquidas de receitas	(1.399)	(58.250)	(3.710)	(63.359)
Outras receitas (despesas)	(339)	554	227	442
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	(1.738)	51.516	(3.118)	46.660
Imposto de renda e contribuição social	(604)	(16.004)		(16.608)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(2.342)	35.512	(3.118)	30.052
Operações Descontinuadas				(179)
TOTAL	(2.342)	35.512	(3.118)	29.873

O segmento automotivo é o principal elemento de avaliação do resultado do desempenho da Companhia.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e da contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela administração.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, não sendo realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou derivativos embutidos.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Os investimentos mantidos em empresas controladas e coligadas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações/quotas dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores.

Adicionalmente, a Administração procede uma avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

As descrições dos riscos da Companhia são descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

(i) Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações com moeda estrangeira referentes a aplicações financeiras, conforme divulgado nas notas explicativas 5 e 6 que estão sujeitas a exposição de riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio (dólar) pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A Companhia não realizou contratos derivativos para proteger a exposição cambial.

(ii) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de moeda estrangeira, considerando que o cenário provável é a atualização do valor das aplicações em 30 de setembro de 2012 pelas mesmas taxas de juros nestas datas, que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a estas mesmas datas.

	CENÁRIOS		
	Provável	Possível	Remoto
Variação de risco	0%	25%	50%
CSN ISLAND IX	1.032	258	516
GTL TRADE FINANCE INC.	1.268	317	634
LEGG MASON GLOBAL FUND PCL BRANDYWINE GLOBAL	2.004	501	1.002
TOTAL	4.304	1.076	2.152

iii) Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8 as quais estão indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos às flutuações nas taxas de juros. Adicionalmente, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge"/"swap" contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

(iv) Valor justo versus valor contábil

A Administração entende que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O quadro abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando como método de avaliação, preços cotados (não ajustados), em mercados ativos para ativos idênticos, classificados como nível 1.

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	30/09/2012		31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	2.300	2.300	2.085	2.085
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	2.004	2.004	1.756	1.756
TOTAL	4.304	4.304	3.841	3.841

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 30 de setembro de 2012, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 8. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras conforme apresentado nas notas explicativas 5 e 6. O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia possui os instrumentos financeiros classificados em:

Recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários – CDBs e Fundos de Investimentos (nota explicativa 6) como ativos financeiros mantidos para negociação, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo. Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas controladas, possuem seguros contratados para veículos, bem como para as suas instalações, equipamentos, produtos e responsabilidade civil, cuja importância segurada em 30 de setembro 2012 totaliza, aproximadamente, R\$ 44.906 (R\$ 43.800 em 30 de setembro de 2011), quantia considerada suficiente, pela Administração da Companhia e seus corretores de seguros, para cobertura dos seus riscos operacionais.

		CONSOLIDADO	
Item	Tipo de cobertura	Importância segurada	
Bens, benfeitorias e máquinas	Quaisquer danos materiais, edificações, máquinas, equipamentos, tais como: incêndios, queda de raios e explosão; danos elétricos; roubo ou furto qualificado de bens; vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo; e responsabilidade civil.	R\$	14.690
Veículos	Incêndio, roubo, colisão, responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais de passageiros.	R\$	30.216
TOTAL		R\$	44.906

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

* * *

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

A DIRETORIA

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
Diretor Presidente

LUIZ FERNANDO LEAL TEGON
Diretor Vice-Presidente e
de Relações com Investidores

ALVARO VERAS DO CARMO
Contador
CRC/RJ 43.910/O-6